



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 522/2023

AUTOR: Deputado **CLEITON CARDOSO**

ASSUNTO: Institui a Política Estadual de Incentivo ao uso de Energia Limpa no Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado **GIPÃO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado CLEITON CARDOSO, o Projeto de Lei nº 522/2023, que "Institui a Política Estadual de Incentivo ao uso de Energia Limpa no Estado do Tocantins".

Aduz o autor que o Projeto de Lei tem como finalidade de ser um guia de ações para desenvolver a economia local, assegurando dignidade e igualdade entre as pessoas, a eficiência no uso de recursos naturais, assim como a conservação e a regeneração dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

II – DO VOTO

A proposição legislativa, ora em análise, busca instituir a Política Estadual de Incentivo ao uso de energia limpa, a fim de desenvolver a economia local de forma sustentável.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição encontra óbices, que passa-se a considerar: a) a existência de leis tratando do mesmo assunto, quais sejam, a Lei 3.179, de 12 de janeiro de 2017, que "Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e ao Uso da Energia Solar – Pro-Solar, e adota outras providências", e a Lei 3.666, de 13 de maio de 2020, que tem por objetivo a ampliação e o fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada, e ainda, b) estabelece obrigações ao município no diz respeito às edificações, matéria afeta a municipalidade, consoante disposto no art. 58, inciso VI, da Constituição Estadual que compete ao Município "baixar normas reguladoras de edificações..", sendo assim, não possui condições de prosseguir em tramitação.

Assim, emerge a convicção de que o projeto de lei sob análise é incompatível com o ordenamento jurídico, na medida em que interfere na autonomia dos municípios, implicando, por conseguinte, inconstitucionalidade formal decorrente da incompetência do Estado para legislar sobre a matéria. Além disso, no nosso ordenamento estadual já existe lei que trata sobre o assunto, sendo que a proposta não inova em nada o ordenamento jurídico, ficando, portanto, prejudicada.

Assim, nos termos do artigo 148, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, considera prejudicada a discussão ou votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma Sessão Legislativa, **ou transformado em diploma legal.**

Ante o exposto, diante da inconstitucionalidade apontada e estando a propositura prejudicado em virtude de Lei idêntica ao projeto em comento, **VOTO pelo ARQUIVAMENTO do Projeto de Lei 522/2023.**

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2023.



Deputado GIPÃO

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a)..... *Gipão*.....
referente ao(a) *PL* / *522* / *2023*

OBS:.....

Encaminhe-se(a) (ao)..... *Arquivo*

Sala das Comissões, *05* de *Wenezuela* de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. ALDAIR COSTA GIPÃO()
Dep. CLAUDIA LELIS()
Dep. JORGE FREDERICO(<i>x</i>)
Dep. NILTON FRANCO(<i>x</i>)
Dep. PROF. JÚNIOR GEO(<i>x</i>)

MEMBROS SUPLENTES

Dep. MOISEMAR MARINHO(<i>x</i>)
Dep. VANDA MONTEIRO()
Dep. VALDEMAR JÚNIOR(<i>x</i>)
Dep. CLEITON CARDOSO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO()